



COLEÇÃO MANUAIS PEDAGÓGICOS

A Política no Fórum e no Palácio

Introdução aos Regimes Políticos

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Pedro Moreira da Fonseca

A Política no Fórum e no Palácio

Introdução aos Regimes Políticos

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa

2024



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

COLEÇÃO MANUAIS PEDAGÓGICOS

TÍTULO

A Política no Fórum e no Palácio

Introdução aos Regimes Políticos

AUTOR

Pedro Moreira da Fonseca

EDITOR

© ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt

EDIÇÃO E FIXAÇÃO DO TEXTO

Núcleo de Edições do ISCSP-ULisboa

CAPA

A “Oração Fúnebre de Péricles” no final do primeiro ano da guerra do Peloponeso travada entre Atenas e Esparta. Proferida no ano 430 a.C., a Oração de Péricles elabora uma vencedora apologia do regime democrático ateniense. NA FOLHA DE ANTERROSTO: *Oração Fúnebre de Péricles*, Philipp Foltz (1805-1877) {<https://commons.wikimedia.org>}. NA CAPA: a mesma obra reproduzida na nota grega de 50 dracmas de 1955 {<https://www.shutterstock.com>}.

IMPRESSÃO: CAFILESA, LDA.

DEPÓSITO LEGAL N.º 532411/24

ISBN 978-989-646-176-8

MAIO DE 2024

*Para o meu Pai José
e para a minha Mãe Helena,
pelo amor, pelo altruísmo
e por tantos sacrifícios
em busca de uma vida melhor.*

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
INTRODUÇÃO	xv
CAPÍTULO 1	
SISTEMA POLÍTICO E REGIME POLÍTICO	25
1. Uma análise sistêmica da vida política	27
1.1 O sistema político e a “distribuição imperativa de valores” para a sociedade ..	27
1.2 As exigências (<i>demands</i>) e o apoio (<i>support</i>) como <i>inputs</i> do sistema político	30
1.3 Os <i>outputs</i> e o <i>feedback</i> e sua relação com a estabilidade do sistema político	35
1.4 A conversão de <i>inputs</i> em <i>outputs</i> e as funções do sistema político	37
2. O regime político no contexto do sistema político	41
2.1 Objetos políticos relevantes do sistema político	41
2.2 A comunidade política: grupo de indivíduos “unidos por uma divisão política do trabalho”	42
2.3 As autoridades: os indivíduos que exercem as funções de autoridade	45
2.4 O regime: os valores, as normas e a estrutura de autoridade	48
2.5 Regime político: propostas de definição e dimensões de análise	55

CAPÍTULO 2

A CIÊNCIA POLÍTICA E O ESTUDO DOS REGIMES POLÍTICOS	63
1. A Ciência Política e a democracia	65
1.1 A “ciência democrática da política”	65
1.2 Um compromisso com a democracia	68
2. A política sem democracia	72
2.1 O fim da política?	72
2.2 A “ciência democrática da política” em “terreno” não democrático	75

CAPÍTULO 3

DEFINIÇÕES E DEBATES CONCEPTUAIS	83
1. A importância de definir e de classificar os regimes políticos	85
2. Os conceitos “essencialmente contestados”	89
3. Disputas conceptuais em torno da democracia	97
3.1 O tempo da “democracia confusa”	97
3.2 Os procedimentos e a substância da democracia: definições minimalistas e maximalistas	102
3.3 Concepções minimalistas e maximalistas de democracia: a persistência do debate	111
3.4 A poliarquia: a democracia entre o ideal e a realidade empírica	118
4. Regimes e conceitos opostos à democracia	128
4.1 Ditadura, tirania e autocracia	128
4.2 O “mundo” não democrático entre o totalitarismo e autoritarismo	132
4.3 Os regimes não democráticos disfarçados de democracia	143

CAPÍTULO 4

ABORDAGENS À CLASSIFICAÇÃO DOS REGIMES POLÍTICOS	151
1. Análises qualitativas (diferença de tipo): a dicotomia entre democracia e autocracia	154
2. Análises qualitativas (diferença de tipo): subtipos diminuídos (<i>diminished subtypes</i>) e tricotomias	163
3. Análises quantitativas (diferença de grau) com recurso a escalas contínuas	171
4. A classificação dos regimes políticos e os objetivos de pesquisa	182

CAPÍTULO 5

A POLÍTICA NO FÓRUM: OS REGIMES POLÍTICOS DEMOCRÁTICOS	189
1. A democracia dos antigos	191
1.1 A invenção da democracia?.....	191
1.2 A democracia em Atenas.....	194
1.3 Anarquia e desordem: as críticas à experiência democrática ateniense.....	201
2. A democracia dos modernos.....	207
2.1 A democracia com futuro	207
2.2 O individualismo e a concepção individualista da sociedade	210
2.3 O liberalismo político: a liberdade individual e o controlo do poder.....	213
2.4 A representação política, o sufrágio universal e os “perigos” da democracia..	216
2.5 A afirmação da democracia liberal representativa	222
3. É a democracia o melhor regime político?	228
3.1 O pior regime à exceção de todos os outros: a apologia da democracia.....	228
3.2 Das críticas ao ódio à democracia	233

CAPÍTULO 6

MODELOS E TIPOS DE DEMOCRACIA	243
1. Modelos de democracia	245
2. Tipos de regimes políticos democráticos.....	254
2.1 Democracias presidenciais, parlamentares e semipresidenciais	255
2.2 Democracias maioritárias e consensuais.....	263

CAPÍTULO 7

A POLÍTICA NO PALÁCIO: OS REGIMES POLÍTICOS AUTORITÁRIOS	271
1. O controlo político e a sobrevivência do regime: repressão, legitimação e mobilização de apoio.....	273
2. Na “sombra da traição e da violência”: controlar as massas e a elite autoritária ..	281
3. As instituições políticas nos regimes autoritários	290
4. Mais do que um plebiscito? As eleições nos regimes autoritários.....	296
5. A origem dos regimes autoritários e a sua estabilidade e longevidade.....	302

CAPÍTULO 8

QUEM GOVERNA? CLASSIFICAÇÕES E TIPOS DE REGIMES AUTORITÁRIOS	311
1. Classificar os regimes autoritários	313
2. Tipos de ditaduras	327
2.1 Ditadura personalista	327
2.2 Ditadura militar	332
2.3 Ditadura de partido único	338
2.4 Ditadura monárquica	343
3. A “zona política cinzenta” e os regimes híbridos	346

CAPÍTULO 9

ENTRE O FÓRUM E O PALÁCIO: A DEMOCRATIZAÇÃO E A AUTOCRATIZAÇÃO	359
1. Mudança e transformação dos regimes políticos	361
2. A democratização	369
2.1 A terceira vaga de democratização: características, evolução e balanço	369
2.2 “ <i>The only game in town</i> ”: transição e consolidação democráticas	375
3. A autocratização	384
3.1 A democracia em apuros?	384
3.2 Autocratização: a mudança de regime oposta à democratização	394
3.3 A “terceira vaga de autocratização”: o que há de novo?	399
3.4 A sequência do processo de autocratização	412
BIBLIOGRAFIA	425

ÍNDICE DE QUADROS

1. Objetos políticos centrais do sistema político.....	41
2. Componentes do regime na concepção de David Easton.....	49
3. Regime político: propostas conceituais.....	56
4. Democracia: conceito, atributos e componentes dos atributos.....	95
5. Democracia: conceito, dimensões e indicadores/variáveis.....	96
6. Critérios da democracia ideal segundo Robert Dahl.....	121
7. Garantias institucionais da poliarquia.....	125
8. As instituições da democracia poliárquica.....	126
9. Principais dimensões das democracias.....	129
10. Totalitarismo: dimensões e características.....	136
11. Regimes autoritários e regimes totalitários.....	141
12. Democracia, autoritarismo competitivo e autoritarismo (<i>full authoritarianism</i>).....	168
13. Violação parcial e grave às propriedades definidoras da democracia.....	170
14. Classificação dos regimes pela Freedom House (<i>Freedom in the World</i>).....	175
15. Classificação de regimes políticos (RP) – <i>Regimes of the World</i> (RoW).....	178
16. A superioridade e as vantagens da democracia.....	232
17. Críticas, problemas e insuficiências da democracia.....	239
18. Democracias parlamentares, presidenciais ou mistas (critérios de classificação).....	261
19. Democracias maioritárias e consensuais – dimensões e características.....	265
20. Regimes políticos nascidos de violentas revoluções sociais (1900-2015).....	307
21. Propostas de classificação dos regimes autoritários (tipos).....	314
22. Características dos diferentes tipos de regimes autoritários (síntese).....	325
23. Tipos de regimes autoritários (casos até 2014).....	326
24. Indicadores de uma ditadura personalista.....	328
25. Regimes classificados como autoritarismos competitivos (1990-1995 e 2019).....	353
26. Modalidades de autocratização.....	410

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Modelo simplificado de sistema político.....	29
2. O sistema político e as suas funções	40
3. Dimensões teóricas da democratização: contestação e participação	123
4. Liberalização, inclusão e democratização	124
5. Classificação dicotômica dos regimes políticos (diferença de tipo e de grau)	155
6. <i>Regimes of the World</i> (RoW): autocracia e democracia.....	179
7. <i>Regimes of the World</i> (RoW): autocracia fechada e eleitoral/ democracia eleitoral e liberal .	180
8. Democracia presidencial, mista e parlamentar.....	260
9. Democracia presidencial, mista e parlamentar (esquema simplificado)	262
10. Tipos de autocracias e regimes híbridos.....	319
11. Ditaduras monárquicas, militares e civis.....	321
12. Dimensões institucionais da autocratização e tipos de regimes	397
13. Democratização e autocratização	398
14. <i>Accountability</i> diagonal, horizontal e vertical.....	418

INTRODUÇÃO

Em vésperas da invasão da Ucrânia pela Rússia, concretizada em fevereiro de 2022, o acadêmico norte-americano Larry Diamond não tinha dúvidas quanto à existência de um confronto global entre a democracia e a autocracia, regimes políticos que se revelam notoriamente antagônicos em aspetos centrais da vida política (Diamond, 2022).

De um lado encontramos a democracia, um tipo regime político baseado na legitimidade popular e no exercício da cidadania num ambiente de pluralismo e de proteção das liberdades individuais. A realização de eleições livres, justas, competitivas e periódicas baseadas no sufrágio universal, bem como a existência de mecanismos efetivos de *accountability* da ação política desenvolvida pelos decisores, constituem características fundamentais da democracia moderna. Em oposição encontramos os regimes autoritários, particularmente caracterizados por um exercício arbitrário do poder num contexto de pluralismo limitado ou mesmo inexistente. Com o objetivo de assegurar a sua sobrevivência e longevidade, bem como de exercer um controlo político que elimine as ameaças ao poder autoritário, as autocracias recorrem (ou ameaçam recorrer) à repressão, à violência e também à vigilância generalizada dos seus cidadãos.

Ponderando sobre as consequências destes dois tipos de regime político, Diamond (2022) considera que a atuação das autocracias chinesa e russa ao longo dos últimos anos constitui uma ameaça real e de curto prazo à paz mundial. Lidar com essa ameaça exige uma ação concertada das democracias ocidentais, argumenta Diamond, considerando também que Taiwan e a Ucrânia estão na “linha da frente” de uma batalha pela liberdade mundial. Tal acontece, assegura Diamond, porque a Rússia e a China procuram subverter as democracias dos países vizinhos antes que a própria democracia subverta os seus próprios regimes autoritários.

O contraste entre as democracias e as autocracias apresentado por Diamond (2022) serve de prelúdio para compreender a relevância dos regimes políticos enquanto objeto de estudo da Ciência Política. De facto, importa reconhecer que os regimes geraram intensas disputas ao longo da história. Aliás, acontecimentos marcantes e de grande impacto na história da humanidade envolveram conflitos, por vezes violentos, em torno do regime político, resultando em colapsos, transformações e também na consolidação de novos regimes. Recorrendo apenas a alguns exemplos da história contemporânea, considere-se a relevância e o impacto da Revolução Francesa, da independência dos Estados Unidos da América (EUA) e dos debates constitucionais que se seguiram, da ascensão do nazismo na Alemanha ou ainda da queda da União Soviética. Especificamente sobre o caso português, considere-se ainda a importância da revolução liberal de 1820, do colapso do Estado Novo e também da transição para a democracia iniciada após a revolução de 1974. Entre muitos outros exemplos que podiam ser citados, tais acontecimentos envolveram o colapso e a afirmação de novos regimes, gerando fortes disputas, por vezes violentas, sobre a sua natureza e suas características. A este respeito, Linz (1978, p. 3) realça precisamente que o tipo de regime político em funcionamento e as mudanças de regime constituem problemas centrais também porque afetam e marcam decisivamente a vida de milhões de pessoas, por vezes ao longo de várias gerações.

Pela sua importância, os regimes políticos ocupam um lugar proeminente nos estudos políticos e no pensamento político ocidental desde a Antiguidade Clássica. Considerando a tomada de decisões coletivas e vinculativas para todos os membros da comunidade politicamente organizada como aspeto relevante da política e do processo político, visando a “produção” de bens públicos mediante

uma ação coletiva que se concretiza num contexto de recursos escassos e de interesses divergentes, a Ciência Política tem entendido o regime como um objeto político crucial, tanto para a análise e caracterização política de um país, como também para a compressão de acontecimentos políticos de grande impacto a nível doméstico e também internacional.

Diferentes tipos de regime correspondem a formas muito distintas de organização e de funcionamento da comunidade política. Tais diferenças têm implicações muito relevantes não apenas no domínio político, mas também nas esferas sociais e económicas. Recuando quase 2 500 anos, as particularidades de diferentes tipos de regime eram já evidenciadas na famosa oração fúnebre no final do primeiro ano da guerra do Peloponeso, evento que foi relatado por Tucídides na obra *História da Guerra do Peloponeso* escrita no século v a.C. Naquela circunstância, o estadista ateniense Péricles elaborava um elogio vincado ao regime democrático de Atenas que considerava profundamente original, visto que “não se baseava nas instituições dos nossos vizinhos”, servindo de “modelo a alguns” em vez de “imitar outros”. O regime político ateniense era uma democracia, pois, segundo Péricles, “tudo depende não de poucos mas da maioria”. Nele, todos são iguais perante a lei e “não é o facto de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos”. Assim, ninguém era impedido de prestar serviços à cidade “pela obscuridade da sua condição”. Na vida pública, realçava ainda Péricles, verificava-se uma “submissão” às autoridades e às leis, sobretudo aquelas “promulgadas para socorrer os oprimidos” (Tucídides, 1987, p. 109).

A experiência ateniense tem sido usualmente considerada como o momento inaugural da democracia, entendida como um regime político original e, por isso, distinto de todas as formas de organização política até então ensaiadas pelas comunidades humanas. No seminal trabalho sobre *História do Governo*, Finer (1997, pp. 341–342, 360) realça que o carácter inovador da democracia ateniense reside fundamentalmente no estatuto de cidadania, o qual, em contraste com a condição de súbdito, “constitui a brecha revolucionária entre a *pólis* e todas as formações políticas anteriores”. Nesta medida, aquilo que os gregos “arquitetaram foi a antítese, no sentido mais literal do termo, de tudo aquilo tinha acontecido até então”.

A alusão ao carácter inovador da democracia ateniense é aproveitada por Finer (1997, p. 342) para desenvolver a sua tipologia de regimes políticos e, em particu-

lar, para estabelecer uma distinção entre o que denominou de “regime de fórum” e “regime de palácio”. Antes da *pólis* grega vigorava o “regime de tipo palácio”, no qual o povo constituía uma massa de súditos e as decisões eram tomadas por um monarca autocrático. Sob a forma de imperador, ou de rei, ou de príncipe, ou de tirano ou de ditador, o autocrata controlava a burocracia, o exército, os sacerdotes e os nobres. Já o advento da *pólis* grega, associada particularmente à democracia ateniense, originou o “regime de tipo fórum”, no qual “as decisões deixaram de ser impostas ao povo, emanadas de um palácio fechado”. Assim, a deliberação resultava agora da participação dos cidadãos reunidos numa ágora aberta (mesmo que a condição de cidadania fosse muito restrita e que, na prática, os indivíduos politicamente ativos e mais importantes pertencessem maioritariamente às famílias aristocráticas e privilegiadas).

Em matéria de funcionamento e de organização da vida política, os regimes políticos de “palácio” e de “fórum” são muito diferentes entre si (Finer, 1997, p. 52). Nos primeiros, a “última palavra na tomada de decisões pertence a um único indivíduo”. Tais regimes são “um pequeno mundo fechado” e o “direito de governar vem de cima”, aspeto que acentua o seu carácter “autocrático”. Em clara oposição, surge o “regime de fórum” com uma natureza aberta. Neste, o direito de governar e a autoridade têm uma base popular, ou seja, vêm de baixo. Ainda assim, não “é suficiente que o governo tenha sido nomeado por outorga popular”, “mas tem também de ser responsável perante o povo que lhe conferiu o direito de governar”. Tal implica, necessariamente, uma “renovação periódica do seu mandato”, pois “a última palavra em todas as decisões é inerente aos governados e não aos governantes” (Finer, 1997, pp. 57–59).

Com algumas cautelas e adaptações, e sem esquecer a distância e as diferenças existentes entre a democracia dos antigos e a democracia dos modernos, os tipos de regime de “fórum” e de “palácio” propostos por Finer, constituindo uma simplificação de uma realidade complexa (como todas as classificações de regimes), podem, mesmo assim, ajudar-nos a compreender o mundo contemporâneo. A política no “fórum” e no “palácio” podem ser associadas, respetivamente, aos regimes políticos democráticos e aos regimes políticos autoritários existentes na contemporaneidade (sendo certo que nas autocracias modernas o poder ou está concentrado num único indivíduo ou, em alternativa, é controlado por uma elite, por um partido ou por uma família). Aliás, a dicotomia entre democracias e auto-

cracias ocupa um espaço central nos debates que prosseguem na Ciência Política sobre os regimes políticos, reconhecendo-se em particular que estes dois tipos de regime estão associados a formas muito distintas de funcionamento e de organização da vida política, aspetos que, como referido, têm relevantes implicações nos domínios político, social e económico.

As diferenças entre a democracia, ou a política no “fórum”, e a autocracia, ou a política no “palácio”, manifestam-se, como referido, em dimensões centrais da vida política de uma comunidade, entre as quais podemos destacar: a tomada e a implementação de decisões coletivas imperativas que resultam do exercício do poder; a extensão das liberdades individuais e dos direitos políticos; o controlo político e a gestão dos conflitos tendo em vista assegurar a estabilidade e a sobrevivência do regime; a legitimação da ação política e do exercício do poder; os processos de recrutamento das elites políticas e de seleção dos líderes políticos; o relacionamento com outras esferas institucionais e com diferentes grupos organizados. Adicionalmente, a ponderação sobre as determinantes e acerca das consequências da democracia e da autocracia têm propiciado numerosas perguntas e hipóteses que marcam de forma muito relevante a agenda de investigação, originando importantes debates científicos, académicos e políticos que prosseguem nos nossos dias.

Considerando a centralidade do regime político enquanto objeto de estudo na Ciência Política, importa considerar que o impulso de autonomização e de institucionalização da moderna Ciência Política foi especialmente notado de forma pioneira nos EUA, ao longo da segunda metade do século XIX, e nos princípios do século XX. Vários fatores contribuem para explicar este facto. Considerando o perfil da disciplina tal como ela evoluiu nos EUA, particularmente associada a uma análise crítica do exercício do poder e da ação desenvolvida pelas instituições políticas e pelos atores políticos, importa salientar que, mais do que outras Ciências Sociais, a Ciência Política necessita de “um espaço para respirar”, alicerçado nas “liberdades de pensamento e de expressão”. Tais exigências são genericamente asseguradas pelas democracias, mas não pelos regimes autoritários (Morlino et al., 2017, pp. 1–2; 9–12). Consequentemente, nos finais do século XIX, o aprofundamento da democracia nos EUA assumiu-se como “um pré-requisito para a emergência da Ciência Política como disciplina autónoma” (Berndtson,

1991, p. 39), levando Huntington (1988, p. 3) a argumentar que “historicamente a democracia e a Ciência Política tenderam a desenvolver-se em conjunto”.

Em meados do século xx, parecia evidente para importantes cientistas políticos que o desenvolvimento da disciplina exigia um ambiente favorável que consagrasse e protegesse as liberdades acadêmica, de investigação, de pensamento e de expressão. Assim, não é surpreendente que os regimes políticos democráticos ocupem um lugar central na agenda contemporânea de pesquisa da disciplina, particularmente no espaço ocidental. Contudo, a relação da Ciência Política com a democracia é ainda mais profunda e complexa. Por um lado, como referido, os regimes políticos democráticos propiciaram as condições para o surgimento e para o desenvolvimento da Ciência Política contemporânea no Ocidente. Por outro lado, a disciplina também evoluiu comprometida normativamente com a democracia e com a sua promoção, procurando, nas palavras de Huntington (1988, p. 3), contribuir “para a emergência da democratização”. Aliás, considerando o contexto brevemente retratado, também não é de estranhar que um volume relevante de investigações sobre regimes autoritários se tenha centrado particularmente no estudo das transições do autoritarismo para a democracia, bem como nas condições que beneficiam ou que obstaculizam essa transição. Consequentemente, as pesquisas sobre regimes políticos são muitas vezes enquadradas através de uma “dicotomia normativa” implícita, e por vezes explícita, que considera os regimes democráticos “benignos” e os regimes não democráticos um “mal” que deve ser evitado (Alt et al., 2011, pp. lxi–lxii).

Aliás, num contexto muito marcado pela ideia de “vagas democráticas” proposta por Huntington (1991b), Diamond (1997a, p. xvi) constatava que a reversão das duas primeiras vagas democráticas foi acompanhada por “tempos traumáticos” para a liberdade humana, para a paz internacional e para os valores liberais, originando tanto a ascensão dos regimes comunistas e fascistas no período entre guerras, como também favorecendo o estabelecimento de ditaduras militares brutais ao longo da década de 1960 e no início da década de 1970. Reforçando o seu compromisso com a democracia e com a sua promoção, Diamond (1997a, p. xvi) alertava que “violações dos direitos humanos, genocídio, agressão, guerra e insegurança ainda têm origem nos países não democráticos, os quais, em geral, quanto mais repressivos são, mais ameaçam os países vizinhos e os seus próprios cidadãos”. Mais recentemente, Diamond (2022) regressava novamente ao tema,

realçando que, comparativamente com as alternativas autocráticas, a democracia não era somente superior em termos morais, mas era também mais eficaz na resposta às necessidades humanas.

A apologia da democracia dominante na Ciência Política, bem como o compromisso normativo com o seu desenvolvimento e promoção, não tem impedido que acadêmicos e investigadores da área reflitam sobre os problemas, as insuficiências e as disfuncionalidades dos próprios regimes democráticos. Além disso, é ainda relevante salientar que as temáticas e as prioridades de investigação no domínio dos regimes políticos evoluíram nas últimas décadas em íntima relação com a conjuntura política mundial, sendo influenciadas por eventos políticos relevantes que a foram marcando (Cassani, 2012, p. 3). Aliás, num contexto de autocratização a nível global, particularmente notado ao longo das primeiras duas décadas do século XXI, a pesquisa sobre regimes não democráticos e sobre a política autoritária tem vindo a ganhar espaço, dimensão e profundidade na Ciência Política.

Em síntese, o enquadramento introdutório elaborado nas páginas anteriores procurou desenvolver quatro ideias fundamentais, designadamente: (1) evidenciar a centralidade do regime político enquanto objeto político fundamental para analisar e caracterizar um país (daí a sua importância na agenda de pesquisa da Ciência Política); (2) realçar que ao longo da História os regimes foram objeto de intensas disputas políticas de grande impacto, por vezes marcadas por violência; (3) salientar que diferentes tipos de regimes políticos estão associados a formas muito distintas de funcionamento e de organização da vida política com implicações muito relevantes; (4) constatar que a Ciência Política contemporânea, tal como a disciplina se desenvolveu no espaço ocidental, evidencia um notório compromisso normativo com a democracia, com o seu desenvolvimento e com a sua promoção.

Assumindo-se como uma introdução aos regimes políticos e aos grandes debates que prosseguem na Ciência Política sobre a matéria, o livro que agora se apresenta está organizado em nove capítulos. O primeiro explora o conceito de regime político e aborda a importância do regime enquanto objeto político central no contexto do funcionamento sistema político. Procura-se ainda identificar e explicar os aspetos fundamentais a considerar na análise dos regimes. O segundo capítulo posiciona o estudo dos regimes políticos pela Ciência Polí-

tica, realçando tanto a existência de um compromisso normativo da disciplina com a democracia, como também os desafios que se colocam à pesquisa dos regimes não democráticos. O terceiro capítulo explora as temáticas da definição e da classificação dos regimes políticos, exercícios cruciais para o desenvolvimento da pesquisa científica sobre a matéria e também para a análise comparada. O quarto capítulo examina diferentes abordagens à classificação dos regimes políticos e a sua relação com os objetivos de pesquisa. O quinto capítulo, centra-se na política no “fórum”, particularmente na democracia dos antigos e dos modernos. O sexto capítulo explora diferentes modelos e tipos de democracia. O sétimo capítulo, dedicado à política no “palácio”, desenvolve sobre a vida política nos regimes autoritários. O oitavo capítulo analisa diferentes propostas de classificação das autocracias, caracterizando distintos tipos de ditaduras. A respeito da política entre o “fórum” e o “palácio” (entre a democracia e a autocracia), o nono e último capítulo versa sobre a mudança de regime, ponderando particularmente sobre a democratização e acerca da autocratização. Globalmente, o livro recorre a análises históricas, envolve-se em disputas conceptuais, confronta diferentes abordagens metodológicas, reflete sobre debates teóricos fundamentais e, além disso, também explora relevantes abordagens à política comparada de natureza eminentemente empírica.

Finalmente, salientamos que a presente obra reflete o ensino e a investigação sobre a temática dos regimes políticos que desenvolvemos há vários anos no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Aliás, a matéria foi objeto de apresentação e de discussão nas provas de agregação que realizámos em janeiro de 2023 no ISCSP-ULisboa. Nesta medida, o texto beneficiou também de diversas apreciações feitas pelos vários intervenientes nessas provas, a quem agradeço os comentários e os questionamentos. Este percurso em torno dos regimes começou e evoluiu sob orientação e com o apoio do Professor José Adelino Maltez, a quem agradecemos o estímulo, os ensinamentos e também a generosidade e a confiança manifestadas. Agradecemos também ao Professor Manuel Meirinho Martins a leitura global que fez do texto final, da qual resultaram vários contributos importantes. Os objetivos do livro são primeiramente pedagógicos e académicos, esperando-se que o texto possa auxiliar os estudantes e os investigadores que se aventuram na descoberta e na problematização da política no “fórum” e no “palácio”. Em cada capítulo, apre-

sentamos uma síntese dos temas abordados, identificando objetivos de aprendizagem, lançando questões, bem como sugerindo leituras adicionais que permitem um estudo de nível mais avançado. Um público interessado nos fundamentos e nas dinâmicas das democracias, na vida política nos regimes autoritários, bem como nos processos de democratização e de autocratização, pode também encontrar no texto informações, conhecimentos e pistas de reflexão para compreender e problematizar aspectos centrais do “mundo” político contemporâneo que têm implicações domésticas, regionais e mundiais.

